

Conceito de classe de materiais e DGMs **Ann Huthwaite**

O trabalho a seguir apresentado foi preparado em agosto de 2002 para discussão em setembro de 2002, destinado à reunião do Comitê Conjunto, JCS. Tratou-se de um texto restrito para ser distribuído aos membros do JCS. Em sua reunião de abril de 2003 o Comitê concordou que esse deveria ser considerado um documento formal, tornando-se disponível para todos os membros. Trata-se de documento somente para informação, não sendo necessária qualquer resposta sobre ele.¹

Prefácio

Em maio de 2002 o encontro do Comitê Conjunto decidiu que deveria ser escrito um texto para discussão, voltado à resolução de problemas associados à classe de conceitos de materiais e DGMs. Este texto representa minhas visões pessoais; ele não deve ser considerado nem um texto de dirigente, nem um texto de comitê.

O problema

As correções de 2001 contêm nova versão para a regra 0.24, que orienta o catalogador no sentido de salientar todos os aspectos do item/recurso que esteja sendo descrito, incluindo seu conteúdo, suporte, tipo de publicação, relacionamentos bibliográficos, e quanto à decisão se o item se trata de um documento publicado ou não publicado. Em qualquer área da descrição, todos os aspectos relevantes devem ser descritos. Essas instruções substituem os princípios cardinais anteriores, nos quais a descrição de um item físico devia ser baseada, numa primeira instância, no capítulo ao qual esse item por sua natureza se inseria. Esse princípio implicava que um item/recurso pertencia a uma classe predominante. Apesar da mudança do texto da regra 0.24, na prática, o princípio cardinal ainda se mantém verdadeiro. Os catalogadores estão ainda determinando a classe predominante à qual um item/recurso pertence, mas estão tratando outros aspectos secundariamente.

Em seu trabalho *A Estrutura Lógica das Regras de Catalogação Anglo-Americanas – Parte 1*, Tom Delsey ressaltou as inconsistências associadas ao conceito de classe de materiais, particularmente no critério usado para se definir uma dada classe. Aspectos do conteúdo, suporte ou publicação devem ser usados como fatores determinantes. São encontrados problemas particulares, quando um item/recurso detém características de mais de uma classe, por exemplo, um mapa digital, um periódico eletrônico, ou um filme em DVD. Os catalogadores estão sendo forçados a escolher uma classe predominante, quando de fato nenhum conjunto de características é mais importante do que outro.

O uso do capítulo 9 para todos os recursos eletrônicos, incluindo recursos de acesso remoto, apresenta um outro conjunto de problemas. As características de muitas dessas fontes são mais estreitamente relacionadas aos seus equivalentes encontrados em outros capítulos do que

¹ Os editores desejam agradecer Matthew Beacom, o novo presidente do JCS, pela permissão para a reimpressão deste texto.

Nota: Tradução para o português por Lidia Alvarenga (Professora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil) lidiaalvarenga@eci.ufmg.br

o estabelecido para os tipos de recursos que têm sido tradicionalmente cobertos por esse capítulo, como por exemplo, programas e arquivos de dados. Há uma tendência para restringir a aplicação do capítulo 9 somente a esses últimos tipos de recursos.

A solução

Para a nova regra 0.24 operar efetivamente, o requisito para relacionar um recurso/item a uma classe predominante deve ser abandonado e o conceito de “classe” deve ser removido das regras. Itens/recursos devem ser considerados como portadores de múltiplas características, todos tendo igual valor.

As barreiras

O que na atualidade impede um catalogador de seguir a intenção da nova regra 0.24? Há vários métodos de se definir que um item/recurso pertence a uma classe predominante, e as decisões sobre como esse item/recurso é descrito são baseadas na classe ou capítulo selecionado. Esses são: a escolha da fonte principal de informação e fontes prescritas de informação; a escolha da designação geral de material; e os registros da área 5 (em particular, a designação específica de material).

Muito se tem discutido sobre a re-estruturação da parte 1 para se abordar a questão do “conteúdo” versus “suporte”, tarefa para mim bastante complexa. O arranjo da parte I não é a barreira, mas uma tarefa diretamente relacionada aos procedimentos acima mencionados. O arranjo da parte I deve ter o objetivo de assistir o catalogador no acesso a todas as regras relevantes para os aspectos de um item/recurso que está sendo descrito. Isso significaria manter uma estrutura parecida com a que existe na atualidade, com um capítulo geral e outros capítulos, ilustrando tipos de materiais com conjuntos comuns de características.

Removendo barreiras

Examinarei cada barreira, por sua vez, e sugerirei possíveis soluções para removê-las.

1. Escolha de fontes principais de informação

Cada capítulo contém um complexo conjunto de instruções para determinar as fontes principais de informação. O primeiro objetivo é alcançar consistência na catalogação, garantindo que, para um dado item/recurso, os catalogadores escolherão as mesmas fontes e conseqüentemente registrarão a mesma descrição. A fonte principal também desempenha uma parte na construção de alguns cabeçalhos. Como previsível, as fontes principais especificadas são aquelas que possibilitam a mais completa informação. Em alguns casos um recurso na sua totalidade pode ser a fonte principal - como por exemplo, recursos eletrônicos - devido à complexa natureza do material e as dificuldades associadas com a especificação de uma fonte específica.

A fonte principal para recursos eletrônicos mudou do título da tela para o próprio item, nas correções de 2001 ao AACR. Essa mudança introduziu uma contradição

nas regras que permanece não solucionada. Na prática, um diferente conjunto de regras está sendo aplicado às versões eletrônicas de um recurso tangível publicado separadamente.

Essa contradição ocorrerá, cada vez mais, na medida em que formatos múltiplos são publicados.

A seleção da fonte principal pode ser enormemente simplificada com instruções ao catalogador, em todos os casos, para que ele escolha quais fontes lhe fornecerão a mais completa informação. É difícil de imaginar que um catalogador selecione fontes diferentes daquelas atualmente especificadas nas regras. Por exemplo, a folha de rosto de um livro supre a mais completa informação e poderia então ser selecionada pelo catalogador na maioria dos casos. Afirimo, portanto, que mudar a seleção da fonte principal para uma instrução simples e abrangente faria pequena diferença em relação à prática corrente. No entanto, essa suposição precisa ser testada.

Recomenda-se que seja testada a instrução de usar, como fonte principal de informação, a fonte que proporcione a mais completa informação, usando-se uma variedade de materiais, para que se verifique se haveria alguma divergência significativa em relação à prática corrente.

2. Escolha de fontes prescritas de informação

O mesmo argumento pode ser aplicado à seleção de fontes de informações prescritas. De fato, suponho que muitos catalogadores estejam confiando em seus próprios julgamentos, ao invés de conscientemente aplicar as regras, nessa área. Eu recomendo que essa prática seja também testada. Assim como com a escolha de fontes principais de informação, grupos complexos e amplos de instruções, para cada capítulo, poderiam ser substituídos por uma regra simples e geral.

Recomenda-se que seja feito um teste para determinar se as regras para seleção de fontes de informação prescritas devem ser eliminadas e substituídas pelo julgamento do catalogador, sem causar nenhuma divergência significante para a prática corrente.

3. Designação geral de material (DGM)

Há muitos problemas e inconsistências associados com DGMs, e isso foi ressaltado por Barbara Tillett em seu trabalho para o JSC (4JSC/Chair/73). Duas sugestões para mudanças fundamentais foram exploradas: primeiramente, o uso de um artifício no registro bibliográfico representando o modo de expressão; e em segundo lugar, termos mutáveis representando formatos físicos de suporte para a área 5 (descrição física) ou para a área de notas.

Em seu encontro de planejamento, em maio de 2002, os membros do JSC discutiram a possibilidade de viabilização dessas duas sugestões. Foram identificados os termos da Lista 2 no AACR correspondentes a níveis de expressão. Foi acordado que a maioria dos termos restantes deveriam ser re-locados na área 5, e que alguns desses pudessem ser usados como qualificadores (ex.: “braille” e “recursos eletrônicos”).

Quando os termos e conceitos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) forem introduzidos no AACR, será lógico e consistente considerar a designação

geral de material como um indicador de nível de expressão e a designação específica de material como um indicador de nível de manifestação.

Provavelmente o aspecto mais controverso das sugestões de Bárbara Tillett é o propósito de codificar o mecanismo proposto para representar o modo de expressão numa versão do registro bibliográfico legível por máquina. Embora AACR seja um padrão de conteúdo, atuando independentemente do formato ou “invólucro”, isso não exclui a presença do conceito de dados codificados nas regras. O MARC não tem sido mencionado especificamente. Entretanto, pode-se preferir também incorporar o indicador de nível de expressão, na parte textual do registro bibliográfico, possivelmente em uma nova área. Outro lugar (sugerido por Barbara Tillett) seria um elemento na citação de nível de expressão, tal como está sendo proposto pelo Grupo de Trabalho do Formato *Variation*.

Indicadores do nível de expressão deveriam também de ser criados para esses modos de expressão identificados nos FRBR e não incluídos na lista corrente de DGMs.

Recomenda-se que seja criado um grupo para “desconstruir” a DGM e para fazer recomendações para a re-alocação dos termos existentes da Lista 2 para indicadores de expressões, ou para descrições no nível da manifestação. O grupo deve compilar uma lista completa de indicadores em nível de expressão, que representem todos os modos de expressão, incluindo tanto aqueles re-allocados da lista de DGMs, assim como outros identificados nas FRBR. Devem ser feitas recomendações sobre como os indicadores de níveis de expressão devem ser registrados nos registros bibliográficos.

4. Registrando informações na área 5

Se o catalogador não estiver usando uma classe ou capítulo, como base para descrição, ele ou ela necessita alguma orientação na construção da descrição do item/recurso na área 5, em particular a designação específica de material. Ambos, declarações múltiplas ou compostas devem ser permitidas, ficando disponíveis regras contendo princípios para sua construção. A noção de descrição “física” não deve ser mais válida, enquanto aspectos do conteúdo e suporte devem ser registrados nessa área. Dados codificados numa versão do registro legível por computador devem refletir as várias características de um item/recurso.

Uma completa racionalização de termos usados na designação específica de material seria necessária, levando-se em conta os termos recolocados extraídos da designação geral de material. Por exemplo, as “gravações de vídeo” poderiam ser usadas como um simples termo abrangente, ou deveriam ser incluídas termos mais específicos ainda em uso, tais como “videocartucho”, “videocassete”, “videodisco”, “video-rolô”? E se a última opção fosse escolhida, seria ela útil para dados codificados, visando-se agrupar essas formas mais específicas (possivelmente por meio de tabelas) para auxiliar agrupamento nos OPAC's?

ACOC fez algumas sugestões sobre racionalização da lista de termos na área 5 para capítulos 6,7 e 9. Acredita-se que esses termos de uso comum deveriam ser usados em todas as circunstâncias. Se esse princípio fosse adotado em todo o AACR isso simplificaria grandemente as regras na área 5.

Recomenda-se que seja formado um grupo para fazer recomendações sobre a racionalização dos termos usados na área 5, e sobre como as declarações deveriam ser

construídas, no sentido de permitir a descrição de todos os aspectos de um item/recurso ao nível da manifestação. Esse deveria ser o mesmo grupo encarregado de examinar a desconstrução das DGMS.

Modo de publicação

Em seu trabalho apresentado na *International Conference on the Principles and Future Development of AACR*, Jean Hiron e Crystal Graham referiram às três dimensões das publicações: (1) seu conteúdo intelectual e/ou artístico; (2) seu suporte físico; e (3) a suscetibilidade temporal de mudança de conteúdo (ou *status* da publicação).

Onde fica o *status* da publicação, ou modo de publicação na descrição de um item/recurso? Eu penso que poderíamos simplesmente considerar suas outras características, junto com aspectos de conteúdo e suporte. Entretanto, o fato de um recurso ser contínuo por natureza precisa ser comunicado claramente ao usuário. Em catálogos correntes esse fato não é comunicado de modo satisfatório. Certas chaves podem ser usadas para se inferir que um recurso está em andamento, tal como a presença de numeração, em declarações de apoio, ou a funcionalidade de um OPAC pode permitir esse esclarecimento, com o uso de dados codificados no registro MARC. Esses recursos podem também ser úteis para comunicar explicitamente ao usuário que um recurso contínuo é ou uma publicação seriada ou um recurso integrado.

Recomenda-se que um grupo seja formado para propor um mecanismo apropriado visando comunicar explicitamente ao usuário do catálogo que um recurso é contínuo por natureza.

Organização da parte I do AACR

Embora essa questão tenha sido identificada como bastante problemática, a organização da parte I, contudo, torna-se importante porque ela proporcionaria o atendimento ao objetivo de permitir ao catalogador localizar todas as regras relevantes aos aspectos do item/recurso que esteja sendo descrito. Ela conduziria o catalogador intuitivamente às regras apropriadas.

Um arranjo muito promissor é o sugerido pela CCDA *Task Force on Alpha Prototype of Reorganized Part One* em seu relatório sobre o protótipo (4JSC/Chair/75/Resposta da ALA). A Força Tarefa sugeriu uma reorganização que requer do catalogador considerar todos os cinco aspectos de código. Essas seções seriam: (1) Generalidades e princípios; (2) Conteúdo (contendo regras para tipos particulares de conteúdo, possivelmente divididos em duas partes para conteúdo e forma de expressão); (3) Suporte; (4) Modelo de publicação; e (5) Granularidade. Tal arranjo transmitiria ao catalogador a base conceitual das regras e alcançaria o objetivo estabelecido.

Recomenda-se que um grupo seja formado para fazer recomendações sobre como a parte 1 deveria ser estruturada. O objetivo dessa estrutura deveria ser permitir ao catalogador localizar fácil e intuitivamente todas as regras relevantes aos aspectos do item/recurso que está sendo descrito.

O JSC já concordou que, tão rápido quanto possível, as regras sejam generalizadas e incluídas no capítulo geral. O trabalho para se aplicar esse princípio deve continuar.

Recomenda-se que o trabalho continue no que diz respeito à generalização de regras, o mais rápido possível, por meio da consolidação do capítulo geral da parte 1.

Tratamento de recursos eletrônicos

Em qualquer estudo sobre a estrutura da parte I, deve-se considerar a necessidade de uma re-conceituação do tratamento de recursos eletrônicos. Há um grande esforço a ser feito para se incluir regras para “documento eletrônico”, como recurso, nos capítulos relativos a seus equivalentes, assim com regras para “documento não eletrônico”, tal como os recursos que permanecem em um capítulo separado. O tratamento de acesso remoto de recursos eletrônicos disponíveis pela Internet, mas que não possuem as características de “documentos-eletrônicos” precisam ser cobertos em outro capítulo separado.

Recomenda-se que o grupo ao investigar a estrutura da parte I considere a elaboração de um novo conceito de recursos eletrônico.

Relacionamentos entre AACR, formatos, e sistemas

Em seu encontro de planejamento em maio de 2002, o JSC reafirmou que as regras são independentes do formato e do “invólucro.” Entretanto, isso não significa que os responsáveis pela revisão da regra devam ignorar o contexto no qual a regra opera. Como consta da resposta da *British Library* ao 4JSC/ALA/36/Rev (Características específicas dos recursos eletrônicos), necessita-se estabelecer um relacionamento muito mais estreito com as pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de sistemas e de OPAC. Deve ser também intensificada a comunicação com grupos de especialistas em formato (exemplo, MARBI). Deve ser mais claramente transmitida aos usuários, as informações sobre características de recursos bibliográficos, por meio dos mecanismos disponíveis em OPAC.

Recomenda-se que, quando se considerar mudanças para as regras constantes da parte I, o JSC se comunique com especialistas encarregados do desenvolvimento de sistemas e formatos, com vistas a aumentar a compreensão dos usuários em relação às saídas do catálogo.

Resumo das recomendações

1. *Recomenda-se que seja testada a instrução de usar, como fonte principal de informação, a fonte que proporcione a mais completa informação, usando-se uma variedade de materiais, para que se verifique se haveria alguma divergência significativa em relação à prática corrente.*
2. *Recomenda-se que seja feito um teste para determinar se as regras prescritas para seleção de fontes de informação devem ser eliminadas e substituídas pelo julgamento do catalogador, sem causar nenhuma divergência significativa para a prática corrente.*

3. *Recomenda-se que seja criado um grupo para “desconstruir” a DGM e para fazer recomendações para a re-alocação dos termos existentes da Lista 2 para indicadores de expressões, ou para descrições no nível da manifestação. O grupo deve compilar uma lista completa de indicadores em nível de expressão, que representem todos os modos de expressão, incluindo tanto aqueles re-allocados da lista de DGMs, assim como outros identificados nas FRBR. Devem ser feitas recomendações sobre como os indicadores de níveis de expressão devem ser registrados nos registros bibliográficos.*
4. *Recomenda-se que seja formado um grupo para fazer recomendações sobre a racionalização de termos usados na área 5, e sobre como os registros poderiam ser construídos, visando-se permitir a descrição de todos os aspectos de um item/recurso em nível da manifestação. Esse deveria ser o mesmo grupo para examinar a revisão das DGMs.*
5. *Recomenda-se que um grupo seja formado para propor um mecanismo apropriado visando comunicar explicitamente ao usuário do catálogo que um recurso é contínuo por natureza.*
6. *Recomenda-se que um grupo seja formado para fazer recomendações sobre como a parte 1 deveria ser estruturada. O objetivo da estrutura deveria ser permitir ao catalogador localizar fácil e intuitivamente todas as regras relevantes aos aspectos do item/recurso que está sendo descrito.*
7. *Recomenda-se que o trabalho seja continuado, no que diz respeito à generalização de regras, o mais rapidamente possível, por meio da consolidação do capítulo geral da parte 1.*
8. *Recomenda-se que o grupo ao investigar a estrutura da parte I considere a elaboração de um novo conceito de recursos eletrônico.*
9. *Recomenda-se que, quando se considerar mudanças para as regras constantes da parte 1, o JSC se comunique com especialistas encarregados do desenvolvimento de sistemas e formatos, com vistas a aumentar a compreensão dos usuários em relação às saídas do catálogo.*